



**GÊNERO**

## **APRESENTAÇÃO**

**Hildete Pereira de Melo**

Nas últimas décadas, a participação feminina no mercado de trabalho ampliou-se expressivamente. Paralelamente ao crescimento dos cursos de pós-graduação brasileiros, multiplicaram-se os títulos que tratam desta questão, construindo uma vasta literatura socioeconômica que analisa este tema. Na trajetória desse desenvolvimento, este número da *Revista Gênero* apresenta uma gama variada de abordagens sobre a presença das mulheres e homens no mercado de trabalho dentro de uma perspectiva histórica, bem como numa análise estrutural da temática.

Nos últimos 35 anos, a sociedade brasileira testemunhou uma transformação profunda nos papéis sociais das mulheres tanto na vida privada, como no mundo do trabalho. Elas foram maciçamente para o mercado de trabalho, e de uma participação de 11%, em 1970, saltou-se para uma taxa de cerca de 40% da PEA (População Economicamente Ativa) brasileira em 2000; esta significa algo em torno de 33 milhões de trabalhadoras no campo e na cidade, em 2003 (PNAD/IBGE). Quer sejam mulheres rurais ou urbanas, cuidam da casa, dos filhos, dos velhos e doentes. Precisam de creches, restaurantes e lavanderias populares (urbanas), hospitais e escolas.

Vejam a contradição: as mulheres foram à luta, por igualdade e justiça, mas depararam-se com impasses graves, que, embora tenham sido atenuados pela queda da fecundidade, que reduziu o número de filhos e, portanto, também as tarefas reprodutivas e domésticas, o que facilitou (em parte) a incorporação delas no mercado de trabalho, ainda impõem discriminação e desigualdade. Além disso, permanece o impasse quanto ao que resta por fazer para permitir uma resolução social que resolva estas questões e diminua a carga da dupla jornada de trabalho feminina. Estas soluções que permitam retirar parte dos afazeres domésticos de dentro dos domicílios são típicas do Estado do Bem-Estar, mas este está sendo destruído, pela ordem neoliberal e, no caso brasileiro, apenas começou a engatinhar e já sofreu um revés nos anos 1990. Além desses problemas da falta de efetivação das políticas sociais, as mulheres tiveram ainda de enfrentar o mais grave problema dos anos 1990: a aceleração da taxa de desemprego. Esta atinge os mais jovens (primeiro emprego) e as mulheres. Já são mais de 800 milhões de homens e mulheres desempregados ou subempregados no mundo (OIT), portanto, este não é certamente um fenômeno igualitário, mas diretamente ligado ao ajuste recessivo feito pelas políticas econômicas de viés deflacionista seguidas, nestes anos, por diversos países, entre os quais o Brasil não foi exceção.

---

*Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 21-23, 1. - 2. sem. 2006 21*



## GÊNERO

Diante disso, como pensar novas políticas públicas para a sociedade agora invadida no seu espaço público por nós mulheres? Entre 1993 e 2003, a participação feminina no mercado de trabalho manteve-se em torno de 43%, mas as mulheres são segregadas por setor econômico e continuam concentradas em atividades que demandam habilidades mais baixas, como o serviço doméstico remunerado, o comércio e o ensino fundamental. Atualmente mais escolarizadas que os homens, ainda vivenciam um ensino com um conteúdo discriminatório que não dá conta da nova realidade de que os papéis sociais femininos e masculinos estão mudando, bem como uma diferença de rendimentos que ainda mostra a pertinência da antiga consigna feminista, *salário igual para trabalho igual*. Em recente publicação, Ambrozio (2006) conclui que a disparidade salarial entre homens e mulheres reduziu-se pouco no período 1996-2005 e, a persistir essa tendência, seriam necessários mais de 75 anos para eliminar completamente a desigualdade salarial por sexo (Visão do Desenvolvimento, n.10, 24/08/2006, BNDES).

Reconhecendo os impasses dessa problemática, os estudos selecionados para compor este *dossiê* exprimem uma gama variada de assuntos relativos à condição feminina, desde uma análise histórica da presença feminina num organismo internacional e do acesso limitado que é reservado a elas nessa burocracia, como demonstra o estudo da francesa Françoise Thebaud que analisa a trajetória funcional de Marguerite Thibert (1886–1982).

A temática das diversidades de rendimentos do trabalho entre os sexos é tratada por Leone e Baltar. Estes autores, a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), analisam a contribuição das diferenças de escolaridade, sexo e posição na ocupação, focalizando dez regiões metropolitanas do país. Concluem que houve uma melhoria nos rendimentos dos piores postos de trabalho, que a eliminação de empregos em grandes empresas que permitiam remunerações maiores aos homens e o aumento da distância entre os rendimentos das ocupações que exigem escolaridade de nível universitário favoreceram as mulheres, seja por sua concentração nas ocupações de piores remunerações, seja pelo diploma superior que elas exibem e beneficiou-as neste mercado de trabalho. Seguindo esta trilha, os trabalhos de Marques, Namir e Dweck e Sabbato apresentam análises setoriais das diferenciações por gênero das ocupações do setor terciário, reduto incontestado do emprego feminino. Marques faz uma avaliação da participação feminina no mercado formal de serviços; Namir analisa o perfil d@s trabalhador@s doméstic@s do Brasil metropolitano, e Dweck e Sabbato, o mercado da beleza e suas trabalhadoras e trabalhadores. Estes estudos ilustram perfeitamente as conclusões de Leone e Baltar.

O artigo de Castilho e Guedes faz uma oportuna exposição sobre a literatura que trata do comércio exterior e gênero no Brasil, mostra que este ângulo é ainda pouco explorado e que esta análise é pioneira neste aspecto, além de sugerir possibilidades de investigações a serem seguidas a respeito do tema. Por último, o estudo de Silva traz à tona o tema da pobreza e da chefia domiciliar. Faz uma contribuição

---

**22** Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 21-23, 1. - 2. sem. 2006



## GÊNERO

interessante discutindo a hipótese de que o crescimento da chefia feminina domiciliar significa um aumento da pobreza das mulheres, e conclui que este crescimento indica, sim, uma maior vulnerabilidade das mulheres à pobreza, mas não pode ser considerado como um indicador de aumento da sua pobreza.

